



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	25258/2024
Data do Início	21/11/2024
Folha	29
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 22417/2024, Pregão Eletrônico n.º 41/2024**

**OBJETO:**

À Secretaria Requisitante,

A empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, na qual contesta disposições contidas no edital do Pregão Eletrônico n. 41.2024.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Portanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

**II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- I- Suposta necessidade de divisibilidade do objeto do certame;
- II- Suposta exigência exacerbada para comprovação de capacidade técnica;
- III- Eventual alteração editalícia para permitir apresentação de engenheiro industrial eletrotécnico como responsável técnico.

**III – DO MÉRITO**

O primeiro aspecto questionado pelo impugnante, consiste na opção adotada pela secretaria requisitante pelo critério de julgamento menor preço por lote, na qual o mesmo entende que diversos itens contidos em um único lote deveriam estar dispostos em separado. Argumenta que optar por realizar o procedimento licitatório unificando itens de natureza diversa, reduz consideravelmente a quantidade de empresas capazes de executar o objeto e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	25258/2024
Data do Início	21/11/2024
Folha	30
Rubrica	

que por consequência viola o princípio da competitividade, isonomia e razoabilidade entre os participantes.

Em seguida, o impugnante contesta a exigência inserida no item que versa sobre Capacidade Técnica do edital supracitado, a qual solicita a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) para a presente licitação, argumentando que para comprovação da aptidão técnica dos licitantes, os atestados de capacidade técnica e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) seriam suficientes para alcançar tal objetivo.

Em outro momento, o impugnante argumenta que o item E.1.1 do edital supracitado deve ser retificado, passando a constar a possibilidade de apresentação de engenheiro industrial eletrotécnico como responsável técnico.

Vale salientar que os procedimentos licitatórios desta municipalidade são realizados com total observância aos princípios administrativos, legislações e regulamentos que disciplinam o tema. E, ainda, para elaboração dos instrumentos convocatórios, utiliza-se a expertise de profissionais técnicos durante a elaboração de estudo técnico preliminar, termo de referência/projeto básico, e, após, o processo é remetido a D. Procuradoria Geral do Município para análise de legalidade. Sendo assim, as regras editalícias publicadas por este município são elaboradas de maneira coerente e eficaz para o interesse público e para os participantes do certame.

Ademais, foge da alçada desta coordenadoria analisar as questões apresentadas, uma vez que não detemos de conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da discussão. Assim, entendemos que tais argumentos merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante, que elaborou os documentos que nortearam a elaboração do edital em epígrafe.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 21/11/2024

**Nathália Coelho da Costa Borges**  
**Pregoeira substituta**  
Mat. 3001177